

REPRODUÇÃO CAMPONESA NOS POVOADOS DE BARRA DO RIO E QUEIMADAS NO MUNICÍPIO DE PLANALTO-BA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Jaqueline Silva Portela¹
Aline Farias Fialho²

Resumo: O presente artigo objetiva compreender a configuração da reprodução camponesa, sua permanência na terra e estratégias de resistência nos povoados de Barra do Rio e Queimadas, no município de Planalto-BA. A pesquisa analisa, por meio de vivências e observações na realidade em questão, como as políticas públicas que os camponeses têm acesso promovem, conflituosamente, a possibilidade de permanência na terra e a intensificação da subordinação destes ao capital. Os camponeses desse espaço são integrados aos programas de políticas públicas que, contraditoriamente, viabilizam a reprodução camponesa, mas os subordinam à produção comercial integrada ao circuito do capital. Enfatiza-se a luta constante por permanência e reprodução por meio do trabalho na cidade de Planalto, estabelecendo relação com a essência da luta camponesa pelo seu território no contexto histórico de precarização do campesinato no Brasil.

Palavras-chave: Reprodução Camponesa; Permanência na Terra; Políticas Públicas.

PEASANT REPRODUCTION IN THE VILLAGES OF BARRA DO RIO AND FIRES IN THE MUNICIPALITY OF PLANALTO-BA: INITIAL CONSIDERATIONS

Abstract: This article aims to understand the configuration of peasant reproduction, its permanence on the land and resistance strategies in the villages of Barra do Rio and Queimadas, in the municipality of Planalto-BA. The research analyzes, through experiences and observations in the reality in question, how the public policies that peasants have access to promote, conflictingly, the possibility of remaining on the land and the intensification of their subordination to capital. The peasants in this space are integrated into public policy programs that, contradictorily, make peasant reproduction viable, but subordinate them to commercial production integrated into the capital circuit. The constant struggle for permanence and reproduction through work in the city of Planalto is emphasized, establishing a relationship with the essence of the peasant struggle for their territory in the historical context of the precariousness of the peasantry in Brazil.

Keywords: Peasant Reproduction; Permanence on Earth; Public policy.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: silvaporteljaqueline@gmail.com

² Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade UESB (PPGMLS/UESB): aline.fialho@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento contraditório do contexto nacional de expansão capitalista no Brasil reforça as estruturas desiguais no espaço regional. O Estado capitalista contribui para a ampliação do domínio das classes hegemônicas, legitimando a “derrocada” de espaços para ascensão de outros, desde que seja relevante para o capital. Nessa conjuntura, a classe trabalhadora e os camponeses na Região Nordeste “tomam feições extremamente contraditórias”, e é a lógica do capital associado às forças da concentração de capital e descentralização, nas diversas formas de reestruturações, que assumem papel de destaque (Oliveira, 1977, p. 14).

Nesse aspecto, o sistema capitalista é, em seu âmago, orientado pela lógica de desenvolvimento desigual, expressa na apropriação de territórios e expropriação dos sujeitos que dependem da terra como condição de vida. Desse modo, o território brasileiro expressa marcas profundas do desenvolvimento desigual, principalmente no campo, uma história movida pelo conflito entre territorialidade camponesa e territorialidade do capital, intensificado com o mercado de terra no Brasil, na segunda metade do século XIX (Marques, 2008, p. 65).

O século XX e o século XXI marcam as novas configurações territoriais brasileira e mundial, sendo engendradas pela reestruturação produtiva do capital. Para tal, o capitalismo adquire novas facetas para a acumulação e exploração, impulsionando o que muitos teóricos chamam de modernidade. As reestruturações produtivas afetam diretamente o campo brasileiro e para compreender os camponeses na sociedade capitalista do Brasil, é necessário analisar a resistência incessante dos mesmos ao passo da territorialização do agronegócio nas facetas do uso da terra no Brasil e da intensificação das políticas neoliberais, sobretudo a partir de 1970. É nessas condições que o camponês se desenvolve historicamente no campo do interior da Região Nordeste, e também no município de Planalto-BA.

Planalto está localizado de acordo com o IBGE (2018) na Mesorregião Centro Sul Baiana, pertencente ao estado da Bahia. Conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é considerada uma cidade de pequeno porte, com população estimada de 26.581 habitantes em 2021. No censo de 2010, o município contava com 24.481 mil habitantes, sendo a maior parte da população habitantes da zona urbana da cidade, com 14.869 mil habitantes no perímetro urbano, e 9.612 mil na área rural. Uma característica marcante dessa localidade é a presença de grandes fluxos de circulação de mercadorias, proporcionados pela rodovia federal, a BR-116 que perpassa a cidade no sentido Norte-Sul.

A extensão territorial dessa cidade é de 769,000 km em 2021, já a área urbanizada em 2019 corresponde a 4,96 km em relação à totalidade do território, indicando que a maior parte do território se encontra no perímetro rural. É nesse espaço que se estabelece as condições e contradições da reprodução camponesa no município, um território marcado por latifúndios e minifúndios, mas principalmente por uma gama de sujeitos que exercem a subsistência através da sua relação ontológica do trabalho com a terra. Assim, indica a taxa da população ocupada na cidade, 6,3% em relação a população total no ano de 2020 exercia trabalho formal. Dentre a maior porcentagem de trabalhadores ditos informais estão os camponeses, pois não são compreendidos como classe social, mas como trabalhadores gerais pelas rotulações estatísticas dos órgãos de pesquisa do Estado, a exemplo do IBGE.

Ao lado dessa estrutura agrária do município, desenvolve-se no contexto da produção espacial da área urbana, espaço de relação social rural e urbana. É possível estabelecer ligações concretas e cotidianas entre esses dois territórios, por ser uma cidade pequena os espaços são inter-relacionados de modo muito mais intenso. Seja na comercialização da produção camponesa, aos sábados na feira livre municipal, ou na vivência do modo de vida camponês, as faces desses pares se materializam na produção do espaço da cidade de Planalto, assim constata-se em cada área formas de resistência entre a terra e a reprodução da vida. Histórias marcadas por luta e contradição, da busca por permanência no espaço agrário e sujeição ao capitalismo, pois, a partir de 1970, como destacado, as políticas públicas nacionais começam a direcionar o mercado de produção, assim a cultura do café ganha espaços no campo do município, e mais recente a produção de morango em 2018, com destaque para a territorialização dessa monocultura através da empresa ligada ao agronegócio, PETERFRUT, essa nova reestruturação muda completamente o espaço rural de Planalto.

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO POVOADO DE BARRA DO RIO E QUEIMADAS NO MUNICÍPIO DE PLANALTO-BA

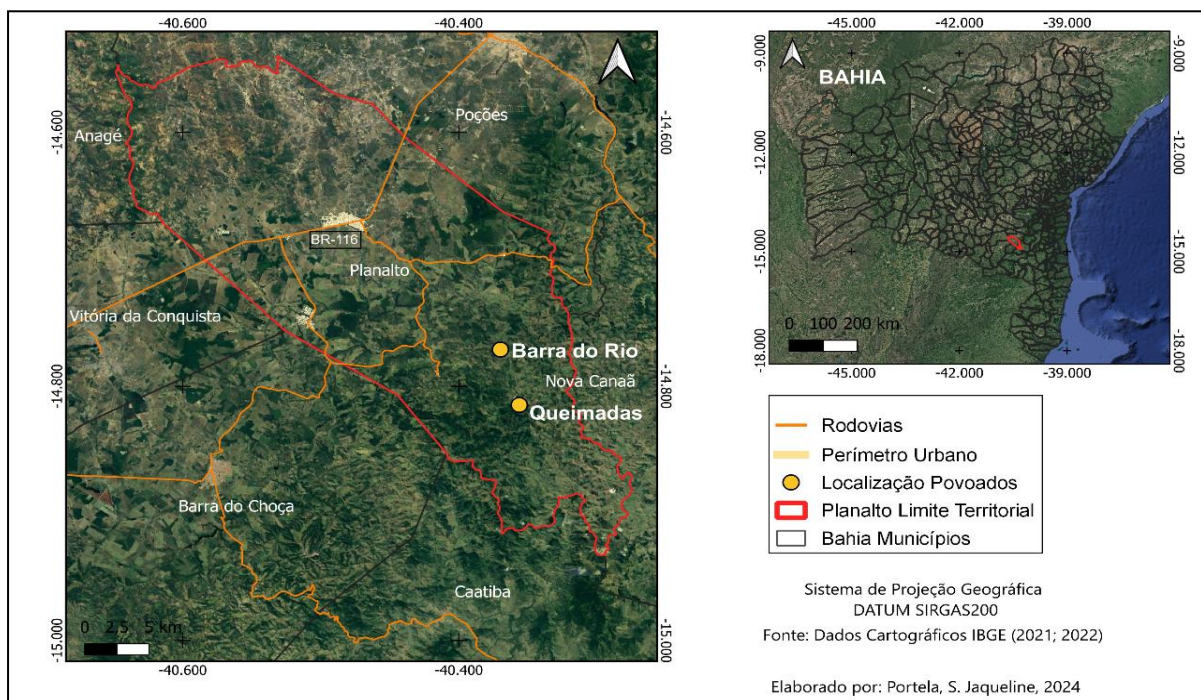
O Estado, como mecanismo de defesa dos interesses das classes dominantes, exerce um papel central para a manutenção da dinâmica de acumulação do capital. Assim sendo, Harvey (2006) revela que o Estado usa do seu poder para assegurar as relações de produção e acumulação em uma escala amparada por leis que fomentam e legislam sobre essas relações, dentro de um discurso de igualdade e liberdade, onde o indivíduo realiza suas ações, seja na propriedade privada ou venda da força de trabalho. Dessa forma, o Estado se torna um instrumento de dominação do capitalismo, que por meio de discursos ideológicos servem de base para a manipulação burguesa sobre a classe trabalhadora, o que Harvey chama de “democracia social burguesa” que segundo o mesmo “[...] incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital trabalho” (HARVEY, 2006, p. 86).

Ao concordar com essa perspectiva, Conceição (2007) revela que as políticas públicas propagadas pelo Estado, tem apenas a capacidade paliativa de suavizar os problemas sociais estruturais. No espaço agrário, essas políticas representam uma das formas de territorialização do capital, se configurando como mais uma relação contraditória, seja por meio de subsídios bancários como empréstimos, ou programas de integração econômica de produção. Conceição (2007) ressalta ainda que as políticas públicas mascaram as configurações da nova ordem produtiva da divisão territorial e social do trabalho, alicerçados pelos discursos da modernidade e da incessante busca para tornar o campo cada vez mais produtivo no âmbito do capital, pois representam as premissas neoliberais no espaço agrário brasileiro, direcionando a estrutura da expansão do capital na mundialização, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que incorpora ao longo do processo estratégias flexíveis frente às necessidades capitalistas.

Todo esse aparato teórico permite compreender a condição da reprodução camponesa em Planalto, com destaque para os povoados de Barra do Rio e

Queimadas, na circunstância da dinâmica do capital. Delimitado por duas áreas climáticas, região da caatinga e região da mata, o município se destaca por suas potencialidades paisagísticas. Principalmente na zona da mata, que corresponde ao clima úmido a subúmido, chegando a 750 mm de precipitação ao ano. Essa pesquisa concentra-se em dois povoados pertencentes a zona da mata planaltense, os solos predominantes nessa região são os latossolos e argissolos amarelos e vermelhos, com um perfil bem desenvolvido, ou seja, solos profundos e propícios para a produção de culturas. É nessas potencialidades geográficas que o capital vai perceber a capacidade produtiva dos solos dessa região, espaços antes usados para a produção de multiculturas para o autoconsumo, se vê subordinado à produção de monoculturas para o circuito do capital e, contraditoriamente, permanência camponesa.

Figura 1. Localização dos povoados de Barra do Rio e Queimadas: Planalto (BA)



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Os camponeses dos povoados de Barra do Rio e Queimadas possuem estratégias diretas que viabilizam a sua permanência no campo e, contraditoriamente, precarizam a sua existência. O camponês possui uma relação intensa com a terra, que se substancia na condição ontológica do Ser. No entanto, os discursos desenvolvimentistas criam a obrigatoriedade de um campo produtivo economicamente, ou seja, é preciso produzir para comercializar além das necessidades básicas do consumo, mas para a fetichização. Para se manter na terra, os camponeses se sujeitam às demandas do mercado, controlando sua produção conforme o direcionamento das forças capitalistas nesse espaço. Colhe-se depoimentos no qual os camponeses ressaltam que é preciso plantar a cultura que o mercado impõe, destacando: “queríamos plantar feijão, mas o morango é o que está tendo, é o que tá procurando” (Camponês, Barra do Rio, 2023).

A PETERFRUT é considerada uma das maiores empresas especializadas na produção de morango no Brasil, com matriz localizada no estado do Espírito Santo e,

a partir do ano de 2010 começa a ampliar o seu mercado de apropriação de terras para o plantio da monocultura na Bahia, com destaque para o município de Barra da Estiva na Chapada Diamantina. Nesse sentido, a produção de morango em Planalto-BA vai ter vinculação direta com esse município, pois o morango produzido pelos camponeses dos povoados de Barra do Rio e Queimadas são levados para a filial da empresa em Barra da Estiva. Toda a produção de morango é destinada a essa localidade, onde são selecionados e exportados. Assim sendo, em conjunto com o governo do estado da Bahia a empresa aumentou seus mercados para os municípios baianos que apresentassem o potencial paisagístico climático para o plantio, sabendo que a cultura do morango exige uma série de manejos adequados, dentre eles, solo, clima, relevo, fertilizantes e agrotóxicos.

Por sua vez, os camponeses desses povoados são cercados pelas investidas neoliberais do mercado. As políticas públicas a que os mesmos têm acesso são aplicadas no investimento da produção do café e principalmente do morango. Contudo, esses mesmos espaços exercem posições contraditórias por serem também destinados à produção de multiculturas para o autoconsumo e comercialização do pequeno excedente, como banana, mandioca, milho, feijão, entre outros, abastecendo o mercado local, sendo comercializado esse excedente na feira livre municipal da cidade de Planalto. Todavia, essas políticas públicas não são aplicadas nessas culturas, porque o projeto apresentado para a aquisição do benefício não é selecionado. Os camponeses relatam que na maioria das vezes, os projetos aceitos para o recebimento do PRONAF, dos empréstimos e demais subsídios bancários são aqueles ligados à produção de morango, café e pecuária, alegando maior retorno de lucro.

Apesar disso, percebe-se nesse território, uma forte reprodução camponesa de luta e resistência na terra, ao lado das dificuldades impostas pelo sistema de produção vigente. A garantia da sobrevivência é realizada por meio do trabalho no campo, seja familiar ou com a ajuda de camponeses vizinhos, no entanto, os processos do neoliberalismo afetam esse espaço direcionando a produção através de políticas públicas e da territorialização do capital por meio da subordinação da produção a grandes empresas, voltadas à monocultura do morango e café na região da mata planaltense de clima sub-úmido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se o trabalho como condição e essência da existência humana. Logo, o camponês se reconhece por intermédio do seu trabalho com a terra, é na utilização da sua força de trabalho para a produção no campo que concretiza a sua materialização na produção territorial. Se torna sujeito às forças capitalistas como coloca Félix e Souza (2010, p. 182) por não abdicar do seu território e procurar estratégias para se manter no espaço rural, bem como constitui desse espaço de contradição a sua maneira de resistência. Além de classe social, o campesinato também é um modo de vida, constituído de cultura, pertencimento e crenças.

É perceptível a intensa relação entre o sujeito e meio que realiza o trabalho, nessas dimensões de precarização desencadeadas pela estrutura organizacional social do sistema capitalista que coloca os anseios da lucratividade acima de tudo. O cultivo do café e do morango agrava as consequências do desenvolvimento desigual

no campo, sabendo que o trabalho na terra já exige um grande esforço físico, porém após a reestruturação produtiva do capital no campo cria-se uma nova dimensão de precarização, em que os camponeses produtores de monoculturas, como na Barra do Rio e Queimadas são obrigados a utilizar defensivos agrícolas, sem a preparação técnica para o manejo, ou até mesmo, equipamentos adequados. Essa é a realidade da produção de morango em Planalto, a empresa PETERFRUT “concede” técnicos para a vistoria do uso de defensivos agrícolas, considerando que o morango é uma das culturas que mais utiliza-se agrotóxicos, devido a suscetibilidade à contaminação por pragas.

Por esse motivo, os camponeses relatam a sua dinâmica com o uso de agrotóxico para essa cultura, ressaltando que a taxa de utilização desses defensivos agrícolas vem decaindo. Todavia, esse processo não está ligado à preocupação com a qualidade de vida dos camponeses produtores, mas sim porque no ano de 2021, ocorreu uma queda na quantidade do consumo de morango, devido as propagandas que demonstravam a quantidade de agrotóxicos existentes nesse alimento. À vista disso, a empresa PETERFRUT buscou a promoção de políticas “agro-sustentáveis” que visassem a diminuição do uso de defensivos. Essas estratégias, em conjunto com o governo do estado, ocasionaram programas de maior adesão dos pequenos produtores à produção de morangos, se apropriando de territórios camponeses na Bahia.

A territorialização do capital na produção camponesa desencadeia vertentes desastrosas, a produção de alimentos para o consumo humano básico vem decaindo drasticamente, sendo substituídos pelas monoculturas de mercado do agronegócio, conseqüentemente o preço da alimentação saudável, como o consumo de hortaliças e verduras diferenciadas subiu expressivamente, aumentando o consumo de produtos processados. Válido ressaltar, que é a agricultura camponesa que alimenta o mercado local, com a produção de multiculturas. Ao se apropriar desses espaços o capital destrói a adesão da sociedade brasileira a comidas saudáveis (Oliveira, 1999).

Ademais, o camponês está inserido na estrutura social precária do sistema capitalista de produção, é a essência da resistência humana, da condição ontológica do trabalho, mas também é força sujeitada às decisões da classe burguesa legítima e amparada pelo Estado. Os camponeses de Barra do Rio e Queimadas no município de Planalto assumem características próprias da sua constituição histórica no espaço inserido, ainda sim, fazem parte de uma totalidade dialética contraditória mundializada, em que os espaços do campo relacionam-se entre si. Por essa inferência, as histórias de vida e as experiências empíricas são entrelaçadas pelas dificuldades impostas no sistema de produção vigente, ou seja, a materialização das práticas sociais se diferenciam no espaço e no tempo carregando consigo as mazelas do capitalismo. Ainda assim, a classe camponesa leva em si a resistência diante do capitalismo em seu território de luta e permanência, o campo.

REFERÊNCIAS

A Invasão do Morango Capixaba. **Dinheiro Rural, 2010**. Disponível em: <<https://dinheiorural.com.br/a-invasao-do-morango-capixaba/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2023.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus Seca. Novos Interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. In: CASTRO, I. E, de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. *Rev. OKARA: geografia em debate*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 77-100, Jul., 2007.

FÉLIX, I. M. C. S.; SOUZA, S. T. O processo de permanência do campesinato nas contradições do modo de produção capitalista. In: **Novas configurações do espaço agrário nordestino**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: Ver. Nera, **Preseidente Prudente, n.12 p.57-67**, Jan./Jun., 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene e Nordeste**. Planejamento e conflito de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. CARLOS, A. F. (org.). 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RAMOS, Etiene. *Perterfrut Amplia Produção de Morango no Sertão Baiano*, 2021. Disponível em: < <https://movimentoeconomico.com.br/agronegocio>>. Acesso em 19 de dezembro de 2023.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. *Rev. NERA, Presidente Prudente*, n. 7, p. 1-21, Jul./Dez., 2005.